

Em favor do Distrito Federal

A semana foi pródiga em acontecimentos favoráveis às populações de baixa renda do Distrito Federal, bem como às comunidades de pequenos produtores rurais, assim como às microempresas aqui instaladas e na região geoeconômica. Por expressa convocação do Governador José Aparecido, todo o seu Secretariado manteve-se reunido na Região Administrativa de Ceilândia, obedecendo a uma pauta de trabalho onde os principais problemas da área e de outras localidades do DF foram passados em revista, assinalando-se concretamente providências de base que interessam ao encaminhamento e a soluções definitivas de muitos deles.

Um registro especial deve ser feito para destacar a presença do ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que a convite do Chefe do Executivo local, teve oportunidade de anunciar a ultimação de um programa que em sua etapa final favorecerá às populações de baixa renda. Trata-se da liberação de lotes urbanizados mediante critérios a serem estabelecidos para imediata ocupação, desde que satisfeitos os pré-requisitos a serem determinados relativamente às formas de transferência e ao levantamento de recursos federais necessários à sua implementação. A cessão de uso seria a forma jurídica capaz de permitir o acesso de seu destinatário ao imóvel impedindo-se por esse instrumento a sua venda futura. A posse definitiva somente ocorrerá a partir de um lapso de tempo julgado necessário para vincular o beneficiado ao seu pedaço de terra. A iniciativa é oportuna, tanto pelos benefícios de ordem social que promove, quanto pelas limitações que impõe à ven-

da do imóvel, prática já diagnosticada em oportunidades anteriores.

Os benefícios dessa programação poderão ser auferidos a curto prazo, uma vez que existe a disponibilidade de área a ser ocupada paralelamente a uma demanda significativa de necessitados. As próximas etapas do processo irão exigir um cadastramento confiável e a fixação de critérios para a efetivação dos contratos de ocupação.

Na mesma assentada uma outra conquista expressiva, também no campo social, teve lugar ainda com a intervenção do Ministério do Desenvolvimento Urbano. Trata-se da assinatura de um convênio entre o Governo do Distrito Federal e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, tendo em seu objetivo final a aplicação de 110 milhões de cruzados no interesse dos transportes de superfície, segundo uma ampla pauta de investimentos dentro do Programa Aglomerados Urbanos — Aglurb — voltado para melhorias em Brasília, Ceilândia, Gama, Planaltina, Sobradinho e Taguatinga da infra-estrutura viária, terminais rodoviários, ampliação da segurança do trânsito, recuperação de vias, abrigos, iluminação pública e sinalização. Diante de tais aportes, os transportes coletivos serão mais dinâmicos, fazendo baixar os custos operacionais e tornando os serviços mais confiáveis. Um fator relevante a ser destacado diz respeito a um aprofundamento da questão tarifária, hoje das mais elevadas do País.

Num outro estágio da reunião descentralizada do GDF, realiza-

da ao longo de toda a manhã da última quinta-feira, foram discutidos problemas relevantes ligados a melhoramentos inadiáveis em favor de Ceilândia, indiscutivelmente o maior acúmulo populacional do Distrito Federal, com uma concentração demográfica superior a quatrocentos mil pessoas. Todo um elenco de iniciativas foi exposto às autoridades locais, ligando-se a problemas nas áreas da educação, da saúde, da urbanização e do saneamento básico. Seguindo um padrão de prioridades, equilibrando-se com os compromissos de austeridade, o governador José Aparecido, depois de um criterioso levantamento, determinou a liberação de Cz\$ 156 milhões a serem aplicados no Hospital Regional de Ceilândia, na construção da estação de tratamento de esgotos local, na edificação de um centro de saúde, além de outras aplicações prioritárias.

Vale ainda assinalar a ampliação das perspectivas da irrigação no Distrito Federal, segundo programas superintendidos pela Secretaria de Agricultura e Produção. Uma Comissão, especialmente criada com a finalidade de rever o Plano Global de Irrigação, está em vias de encerrar o seu trabalho, avançando conclusões que admitem uma ampliação de cinco para vinte mil hectares de áreas irrigadas. As microempresas, de sua parte, estarão isentas do ICM e do ISS, segundo projeto já aprovado pelo Senado e que será submetido à sanção presidencial nos próximos dias.

Na exuberância de seus 26 anos Brasília se prepara a fim de ingressar em sua fase plenamente adulta, amadurecida para as grandes soluções de seus múltiplos problemas.